

O mundo olímpico, hoje

NILSON GRAÇA
2º Sgt Monitor da EsEFEx

Sexo, política, doping, profissionalismo — uma porção de elementos estranhos aos ideais do Barão de Coubertin têm invadido as Olimpíadas. Qual será o destino desse mundo?

É UM MUNDO MESMO

Cento e vinte e seis países — quase tantos quanto os que fazem parte da ONU — compõem o mundo olímpico. Países de todos os continentes, línguas, credos, raças e sistemas políticos, unidos, no entanto, pela força do esporte. Se Pierre de Coubertin vivesse hoje — ele, que acreditava na união dos povos pelo ideal olímpico, decerto se sentiria recompensado. A 23 de junho de 1894, quando o Comitê Olímpico foi oficialmente instituído, as ambições de Coubertin não passavam de um projeto mal esboçado. Apenas catorze países — França, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, Grécia, Rússia, Itália, Espanha, Alemanha, Bélgica, Hungria, Holanda, Áustria e a antiga Boêmia — acreditavam nesse sonho. A realidade são os Jogos Olímpicos de hoje, cada um superando o outro, de quatro em quatro anos, como se sua chama realmente fosse eterna.

Neste mundo, porém, nem tudo é harmonia. Se os países se entendem, nos campos de competição, e o esporte, por si só, é capaz de manter para sempre esse entendimento, grandes e pequenos problemas vez ou outra perturbam a paz olímpica. Política, racismo, profissionalismo, sexo, doping, são alguns temas — os principais — em torno dos quais os homens do esporte frequentemente se reúnem para debates que se prolongam indefinidamente. Até aqui, esses debates têm sido pouco conclusivos, porque, entre eles, há sempre uma contradição: tenta-se separar o esporte da política, quando as duas coisas sempre foram e continuam a ser inseparáveis; condena-se o racismo, mas se admite que o alto comando do Comitê Olímpico Internacional às vezes assumia posições racistas; combate-se o profissionalismo, mesmo se sabendo que o amadorismo puro já não existe; cria-se uma batalha em tor-

no do problema da determinação do sexo de atletas, quando a própria ciência afirma que essa batalha pode ser perdida a qualquer momento; e luta-se contra o doping, sem antes ao menos defini-lo.

Enquanto o mundo olímpico discute, como estão os problemas?

ESPORTE E POLÍTICA

Desde que Pélope, valendo-se de um expediente não muito elogiável derrotou Enomau numa corrida de carros, tornando-se assim esposo de Hipodâmia e rei de Pisa, o esporte e a política têm estado intimamente ligados. Os espartanos costumavam competir nos antigos jogos pan-helênicos para mostrarem aos atenienses o quanto eram poderosos. Nero, sabendo que os campeonatos olímpicos eram adorados pelo povo, decidiu participar de uma corrida de bigas — sem adversários —, certo de que, vencendo, seria ainda mais respeitado e temido. Na Inglaterra medieval, o arqueísmo figurava como esporte obrigatório, pois os reis estavam convencidos do que era o que melhor servia aos seus propósitos de conquista. Por isso, esportes que não afinavam com os exercícios militares, como o futebol e o golfe, foram proibidos por diversos éditos reais.

De certo modo, o esporte, desde a Antiguidade, desenvolveu-se paralelamente aos exercícios militares. O homem primitivo corria, saltava, lançava objetos (princípios básicos do atletismo), como meio de sobrevivência. Com as primeiras sociedades organizadas, o manejo da lança e da espada, o apuro da força física e da velocidade, a habilidade nas lutas livres e com punhos nus tornaram-se importantes no preparo dos antigos exercícios. Servindo ao exército, numa época de conquististas, serviam também à política.

Esporte e política, juntos sempre.

UMA VERDADE: ATÉ MESMO O RESSURGIMENTO DOS JOGOS OLÍMPICOS FOI UM ATO POLÍTICO.

No mundo moderno — por mais que se diga em contrário — as ligações entre o esporte e a política não deixaram de existir. De certa maneira, até se acentuaram. Foi para evitar que jovens progressistas ameaçassem o seu conservadorismo, que educadores vitorianos os mandaram dedicar-se intensamente aos exercícios físicos. Dessa prática organizada nasceu o esporte moderno, na Inglaterra do século passado.

A ligação existe — embora sem que muitos o percebam — no próprio renascimento dos Jogos Olímpicos. Coubertin pretendia, com isso, unir os povos do mundo inteiro nos campos de competição. Era uma espécie de diplomacia através do esporte — Diplomacia e Política. O barão estava convencido de que, competindo juntas, as nações da Europa e de todo o mundo conseguiriam eliminar as diferenças que as separavam.

Bem intencionado, é claro, o recridor dos Jogos Olímpicos foi o primeiro a admitir que as ligações entre o esporte e a política eram bem maiores do que se dizia. Ele próprio concordou com os belgas, em 1920, quando os então organizadores dos Jogos se recusaram a convidar os países derrotados na I Guerra Mundial, num gesto evidentemente mais político do que esportivo. Hitler fez com os Jogos de 1936 aquilo que todos sabiam que iria fazer: propaganda do seu regime e afirmação de sua 'raça ariana'. E nem por isso o Comitê Olímpico Internacional esforçou-se muito para interditar Berlim como cidade-sede.

Nenhum país, hoje, aventura-se a organizar uma Olimpíada pelo simples prazer de servir ao esporte. Os ingleses o fizeram, em 1948, para provar o quanto haviam resistido aos bombardeios alemães. Os finlandeses, em 1952, quiseram mostrar ao mundo os encantos de uma nação que merecia ser melhor conhecida. O mesmo aconteceu com os australianos, em 1956. Que o fascismo era coisa do passado — e que Roma ainda era a cidade eterna — ficou demonstrado pelos italianos, em 1960. Os japoneses conseguiram, em 1964, afirmar o valor de um povo que se reerguera das cinzas de Hiroxima e

Nagasáqui, para construir uma Tóquio quase imponente. E os mexicanos, em 1968, gastaram milhares de dólares que não possuíam, só para que se soubesse o quanto eles se orgulhavam de si mesmos.

COMO SEPARÁ-LOS SE ESTÃO SEMPRE JUNTOS?

O esporte – sempre – foi mais um meio que um fim. Meio de afirmação pessoal, através da qual um atleta supera outro numa prova difícil. E meio de afirmação política, religiosa e até racial, através da qual um país, seita ou o grupo acreditam na força do esporte e se utilizam dela para conquistar um lugar na sociedade ou no mundo.

Política e esporte não se misturam – costumam dizer os membros do Comitê Olímpico Internacional, entre eles seu presidente, Avery Brundage. No entanto, cada vez mais, uma e outra coisa se entrelaçam. Sinal de que, ou Brundage e seus seguidores se têm mostrado impotentes para evitar o que tanto combatem, ou esse entrelaçamento é, de fato, inevitável. O problema é discutido com muita frequência, nas sessões ordinárias do Comitê, ou às vésperas de cada Olimpíada. Mas sua própria equação é difícil. Ao que parece, a questão já não é saber se o esporte e a política devem ou não viver juntos, intimamente ligados, como tem sido desde Pélope e Enomau, mas saber de que forma isso pode ocorrer, sem prejuízo do esporte. A frase favorita dos membros do Comitê – esporte e política não se misturam – pode ser edificante, mas se inspira muito mais no idealismo do que na realidade. Esporte e política talvez não devessem viver juntos, mas vivem, há muitos séculos, e continuarão a viver. Quem poderá separá-los?

O GRITO DO PODER NEGRO

De 1958 para cá – desde que a chamada “guerra fria” entre americanos e soviéticos deixou de preocupar o mundo olímpico, surgindo em lugar dela outra guerra, entre negros e brancos – as atenções se desviaram momentaneamente da política para o racismo. Era como se o preconceito racial fosse um problema inteiramente novo com o qual Avery Brundage e todo o Comitê Olímpico Internacional jamais se haviam deparado.

Como no caso da política (na verdade, política e questões raciais, hoje, são quase uma coisa só), o problema não foi bem equacionado por aqueles que censuraram os representantes do **black power** por suas manifestações na Cidade do México. Tommie Smith, Lee Evans, John Carlos, Bob Beamon competiram limpamente nos Jogos Olímpicos, ganhando merecidamente suas medalhas de ouro, prata e bronze.

Não fizeram mais do que erguer seus punhos, com luvas negras, numa espécie de protesto silencioso contra as perseguições que os homens de sua cor sofrem nos Estados Unidos. E, no entanto, foram punidos por isso.

O racismo, como a política, sempre existiu no esporte. Mas nenhuma medida oficial se tomou contra ele, enquanto os manifestantes não constituíam minoria. Os exemplos desse tipo de preconceito são muitos (ver capítulos dos Jogos Olímpicos de 1904, 1912 e 1936), sem que, em alguns deles, houvesse intervenção efetiva do Comitê Olímpico Internacional.

Coubertin chegou a manifestar, em suas memórias, certo desagrado pelo “Anthropological Day”, lamentável espetáculo racista em St. Louis, mas nada fez para evitá-lo, na época. O mundo inteiro cruzou os braços quando ainda uma vez o racismo roubou de Jim Thorpe as duas medalhas de ouro que ele ganhara em Estocolmo. E o mesmo Avery Brundage, numa época em que mal sonhava com a presidência do Comitê Olímpico Internacional, apoiou tudo o que os alemães fizeram em Berlim.

O racismo, portanto, não começou em 1968, como Avery Brundage e o Comitê Olímpico Internacional quase sugeriram, ao aplicar aos atletas negros as primeiras punições por esse tipo de manifestação, em toda a história dos Jogos Olímpicos. O que, no fundo, não deixou de ser uma medida racista.

OS PROFISSIONAIS E A LENTA E CONSTANTE MORTE DO AMADORISMO

Os antigos gregos aceitavam, respeitavam e até admiravam seus atletas profissionais. Um deles, Xenofonte, famoso corredor da cidade de Corinto, sagrou-se várias vezes campeão olímpico, foi celebrado em versos por Píndaro e morreu mais do que rico, numa luxuosa casa que comprara com as

moedas de ouro ganhas nos diversos jogos pan-helênicos.

Com todo o sentido religioso que tinham os festivais esportivos daquela época, não havia qualquer incompatibilidade entre o culto aos deuses e o dinheiro que se podia ganhar com ele. Pelo contrário: os atletas que viviam do esporte e para o esporte, dedicando todo o seu tempo às corridas, aos lançamentos, aos saltos e às lutas, bem mereciam as moedas de ouro. Com elas, não precisavam trabalhar. Não trabalhando, podiam se dedicar inteiramente aos treinamentos. Treinando, tornavam-se campeões. E... quem melhor do que um campeão para homenagear os deuses do Olimpo?

Quase 25 séculos se passaram, desde a época de Xenofonte até o renascimento dos Jogos Olímpicos, em 1896. Tempo mais do que bastante para que o esporte deixasse de ter um sentido religioso e para que o atleta profissional perdesse o seu prestígio. Na Inglaterra do século passado – berço do esporte moderno – já havia duas categorias de atletas: os profissionais e os amadores. Os primeiros, em sua maioria lutadores de boxe a punhos nus, corredores e golfistas, não gozavam de bom conceito, sobretudo porque os esportes a que se dedicavam, nos bairros pobres de Londres ou nas cidades ainda mais pobres do interior, admitiam apostas entre os espectadores. Muitas vezes, as lutas, as corridas a pé e as partidas de golfe exigiam a intervenção da polícia, pois as discussões entre os apostadores tornavam-se violentas e acabavam em conflito.

Os amadores, em geral praticantes do remo e do atletismo, pertenciam a uma aristocracia que começava nas **public schools**, passava pelas universidades e acabava nos jardins dos castelos onde se abrigava o ócio da nobreza vitoriana. Naturalmente, eram bem mais respeitados do que os profissionais, dos quais procuravam manter-se tão longe quanto possível.

Com a popularização do boxe, das corridas a pé e do golfe – a que se seguiu a do futebol, esporte mais novo e também profissionalizado –, os amadores sentiram-se ameaçados. Entre as suas competições, apenas uma, a tradicional regata Cambridge – Oxford, conseguia atrair público, enquanto milhares de pessoas cada vez mais se interessavam pelas atividades dos profissionais. Temendo duas coisas – o esvaziamento do esporte amador e uma possí-

vel invasão do remo e do atletismo pelos que competiam por dinheiro —, a aristocracia reagiu. Campanhas pelos jornais, contra as “práticas remuneradas do esporte”, foram feitas em toda a Inglaterra. Rígidos códigos, definindo exatamente o que era um **amador**, foram redigidos e publicados pelos clubes e colégios que se uniam no combate ao profissionalismo. Segui-los à risca não diferenciava apenas o amador do profissional, mas o verdadeiro desportista do apostador sem escrúpulos, o **gentleman** do homem comum. O primeiro desses códigos, publicado em Londres pelo Amateur Athletic Club, apareceu em 1866 e dispunha o seguinte:

“É amador todo cavalheiro que nunca tenha participado de uma competição pública; que não haja enfrentado profissionais, por preço ou por dinheiro proveniente das inscrições ou de qualquer outra fonte; que, em nenhum período de sua vida, tenha sido professor ou monitor de exercícios físicos como meio de subsistência; e que não seja operário, artesão ou jornalista.”

O QUE SÃO OS ÍDOLOS: PROFIS- SIONAIS OU AMADORES?

Tal código — refletindo a posição aristocrática dos amadores de então — felizmente não foi observado por muito tempo. A ele se opuseram homens mais tolerantes, inclusive de própria nobreza, como foi o caso de Lorde Lugan, graças a quem, em 1871, a definição de amador tornou-se menos rígida. Ao mesmo tempo, com a popularização do esporte, o profissional passou a ser mais aceito, não só no boxe, nas corridas, no golfe e no futebol, mas também no atletismo e no remo.

Por uma evolução natural, as coisas mudaram tanto, em um século, que já não existem definições rígidas, nem oposições aos que fazem do esporte um meio de vida. Mais do que isso, à medida que o amadorismo foi se tornando mais e mais uma abstração, o profissionalismo foi-se tornando mais e mais uma prática respeitável, a ponto de os maiores ídolos do esporte moderno — de Wilt Chamberlain a Rod Laver, de Jack Nicklaus a Emerson Fittipaldi, de Cassius Clay a Pelé — serem atletas profissionais.

Poucos focalizaram tão bem o problema como o inglês Peter Mac Intosh, professor de educação física da Univer-

sidade de Birmingham, num dos melhores capítulos do seu livro **Sport in society**. Recorda o professor o diálogo em que Alice (**Alice no País das Maravilhas**), diz a Humpty Dumpty que ele estava empregando a palavra “glória” fora do seu verdadeiro significado. Ao que Humpty Dumpty respondeu:

— Quando uso uma palavra, dou a ela o sentido que eu mesmo escolho. Nem mais, nem menos.

O amadorismo de hoje, segundo Peter Mac Intosh, seria uma simples palavra manipulada pelos homens do esporte com a mesma arbitrariedade de um Humpty Dumpty. Desde que o Comitê Olímpico Internacional prefere não definir com precisão o que é ou não um amador, deixando a tarefa por conta de cada país ou de cada esporte, a confusão é inevitável.

É possível que um atleta seja amador nos Estados Unidos ou na União Soviética, e não o seja, por exemplo, pelos padrões adotados na Suécia. É possível, também, que dentro de um mesmo país um atleta seja amador, pelas regras estabelecidas em um determinado esporte, e não o seja, segundo os princípios de outro, embora se comporte da mesma forma em ambos.

NO FIM NÃO HAVERÁ LUGAR PARA OS DOIS

Basicamente, o Comitê Olímpico Internacional considera amador, “todo aquele que não obtém vantagens materiais do esporte”. Uma definição vaga, certamente. Nos Estados Unidos, um jovem universitário ganha bolsas de estudo no valor de alguns milhares de dólares, para competir por uma escola, e é considerado amador. Na União Soviética, os atletas olímpicos dedicam-se só ao esporte, embora, oficialmente, sejam estudantes, militares ou mesmo operários. Tanto os americanos como os soviéticos — para citar o exemplo das duas maiores nações olímpicas — oferecem vantagens materiais a seus amadores, sem as quais não ganhariam tantas medalhas de ouro. Diante disso, estaria certo julgar-se uma mentira a afirmação de que os jogos olímpicos só têm lugar para atletas amadores? A essa altura a questão já não é saber se isso é certo ou errado.

AS BOLINHAS MÁGICAS

A caminho do stand de tiro onde se

disputaria uma das provas do pentatlo moderno dos jogos olímpicos de 1968, o sueco Hans-Gunnar Liljenvall resolveu parar numa cantina para tomar uma cervejinha gelada. Um, dois, três copos, não se sabe ao certo até que ponto ele matou sua sede. A verdade é que chegou ao local de competição sóbrio o bastante para fazer 934 pontos e ajudar sua equipe a ganhar uma medalha de bronze.

Liljenvall e seus companheiros já estavam prontos para as comemorações habituais, quando um dos juizes da prova informou-o de que, de acordo com um sorteio, toda a equipe sueca teria de se submeter ao chamado exame antidoping. Pura rotina, disse o juiz. Bastava colher urina e saliva de cada um, além de uma série de pequenos outros requisitos, e todos poderiam ir embora em alguns minutos. Liljenvall, é claro, já ouvira falar em doping. Ele próprio censurava os atletas que procuravam aumentar sua resistência fazendo uso de estimulantes e outras drogas. Mas, como não tinha nada a temer, chamou os companheiros e seguiu o juiz.

Entre os pequenos outros requisitos estava um teste do qual Liljenvall também ouvira falar: soprava-se uma bola de encher e via-se se ela mudava de cor. Pois bem: a sua, como num passe de mágica, coloriu-se toda ao primeiro sopro. Os médicos designados pelo Comitê Olímpico Internacional concluíram que o atleta sueco estava alcoolizado, e que, portanto, enquadrava-se rigorosamente na chamada lei do doping.

— Mas como alcoolizado? — protestou Liljenvall.

O mesmo espanto tomou conta dos outros integrantes da equipe sueca. Com efeito, como seria possível a um homem bêbado marcar 934 pontos numa prova de tiro acertando várias vezes na mosca? Os médicos explicaram que ninguém chamara Liljenvall de bêbado, e sim de alcoolizado. E, como o álcool estava incluído entre as substâncias consideradas dopantes, pouco importava se a cervejinha o ajudara ou não a acertar na mosca.

A BUSCA DA VITÓRIA E A MORTE NA PISTA

A Suécia foi desclassificada na prova por equipes do pentatlo moderno, passando a medalha às mãos da França, que ficara em 4.^o lugar. Mas nem Liljenvall nem seus companheiros, nem

muitos especialistas em medicina esportiva concordaram com a decisão do Comitê Olímpico Internacional, ainda que baseada em testes cientificamente válidos. A partir desse fato, o problema do doping, em torno do qual sempre houvera certa unanimidade, foi reaberto. Concordava-se com um ponto: o uso de estimulantes em provas esportivas era condenável. Ninguém podia esquecer o ciclista dinamarquês Ennemark Jensen que morreu numa pista de Roma, durante os Jogos Olímpicos de 1960, por ter-se dopado com um dos derivados da anfetamina. Ninguém podia esquecer, também, de outros casos registrados, no esporte de todo o mundo, em que atletas se tornavam vítimas de sua vontade de vencer. A luta contra "as bolinhas mágicas", os estimulantes conhecidos pelo nome genérico de doping, tinha sua razão de ser. Mas, agora, alguns médicos achavam que ela estava se radicalizando.

Os exames antidoping realizados no México obedeceram ao critério de sorteio pois seria impossível, numa competição esportiva entre mais de seis mil atletas, submeter-se todos eles a

testes não muito baratos. Antes, o Comitê Olímpico Internacional, sempre com base em opiniões médicas, divulgara uma longa relação de substâncias consideradas dopantes, o álcool entre elas.

AFINAL, QUEM SABE O QUE É DOPING?

Os médicos que discordaram da relação fundamentavam-se em vários pontos. O primeiro deles: não havia, dentro da medicina, uma definição precisa de doping. Qualquer substância administrada a um organismo, com o objetivo de obter determinado efeito, podia ser encarada como doping. O que incluía os medicamentos e mesmo as vitaminas empregadas sob prescrição médica, e não apenas os estimulantes como as anfetaminas.

— Pelas normas atualmente adotadas — observou o médico inglês Herman Stockwell — temos que tomar cuidado. Imaginem se um atleta aos nossos cuidados se apresenta, à véspera de uma prova, excessivamente tenso. E nós, os médicos, lhe recomendamos uma dose mínima de calmante, apenas para que ele durma melhor. Estaremos

correndo o risco de sermos acusados de "dopadores", quando, na verdade, agimos rigorosamente dentro do que a própria medicina determina.

Esses argumentos não foram o bastante para que se devolvesse à equipe sueca a medalha de bronze que, segundo muitos, conquistara corretamente. A cervejinha foi fatal. Os próprios médicos do Comitê Olímpico Internacional admitiram que um copo ou um barril não poderia ter apurado a pontaria de Liljenvall, ou mesmo o tornado menos tenso. Tratava-se de um atirador frio, habituado a provas internacionais, a quem uma cervejinha, ou várias, não ajudaria em nada. Quando muito, poderia atrapalhar.

A questão doping continua reaberta, agora sem aquela unanimidade que se seguiu à morte do ciclista em Roma. As determinações do Comitê Olímpico Internacional foram feitas para proteger o atleta do esporte. Assim, a partir do momento em que tiveram um efeito contrário, deveriam ser revistas. Pelo menos, para que uma cervejinha não causasse tanto barulho.